

JULIANO SCHNEIDER

**PERSPECTIVA DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR FRENTE AO
USO DE TECNOLOGIAS: O CASO DO ASSENTAMENTO VITÓRIA –
LINDOESTE - PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: Valdir Frigo Denardin.

MATINHOS

2011

PERSPECTIVA DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR FRENTE AO USO DE TECNOLOGIAS: O CASO DO ASSENTAMENTO VITÓRIA – LINDOESTE- PR

Juliano Schneider¹;

Valdir F. Denardin².

RESUMO

A perspectiva da pequena produção familiar constitui um tema que envolve a modernização na pequena propriedade tanto como a aquisição de tecnologias em prol da necessidade de crescimento da renda familiar e conseqüentemente da permanência da família na área rural. A modernização altera as relações sócio-produtivas no meio rural e as mudanças, tanto técnica como políticas, determinam a necessidade de investimentos, promovendo, assim, um processo de seleção e até mesmo de exclusão entre os pequenos produtores rurais familiares, ou seja, a pequena produção familiar rural. O artigo tem por objetivo avaliar se a modernização, com o uso de tecnologias, tem influencia positiva na produção e na permanência do pequeno produtor rural familiar em suas propriedades e em sua região onde está inserido, no caso, Assentamento Vitória, localizado no Município de Lindoeste - Oeste do Estado do Paraná.

Palavras-chave: modernização, produção familiar, política.

1. INTRODUÇÃO

¹ Engenheiro Agrícola; Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo, Programa Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR Litoral) e; Colégio Estadual Santa Luzia – Lindoeste/PR. E-mail: juliano.schneider@live.com

² Economista, Educador Orientador do Curso de Especialização em Educação do Campo - Programa Saberes da Terra. Professor da UFPR – Setor Litoral. E-mail: valdirfd@ufpr.br

A produção familiar é muito discutida dentro da economia rural. Os aspectos abordados vão desde o que é produção familiar, passando pela articulação com a economia e com o processo de acumulação de capital, chegando ao aspecto relacionado à sobrevivência ou ao desaparecimento do pequeno produtor rural.

Parte-se da hipótese de que a produção familiar é capaz de responder adequadamente ao processo de acumulação de capital tão bem quanto à agricultura patronal. Porém, dado as tecnologias que levam ao aumento da produtividade, principalmente, do trabalho, é necessário um crescimento de produção viável do tanto técnico e econômico, o que tem levado a concentração da propriedade da terra e dos demais fatores de produção. Apesar do crescimento de produção, este processo não tem acarretado o desaparecimento da produção familiar como estrutura básica na agricultura.

Já a modernização na agricultura tem levado o pequeno produtor familiar a modernizar-se como umas das condições para sua própria sobrevivência. Uma das conseqüências disso foi o aumento da produção dos estabelecimentos rurais. De um modo geral, a tendência é a modernização da produção familiar, apesar das diferenças estruturais existentes.

É comum a associação do termo agricultura familiar à pequena produção, à agricultura de baixa renda ou de subsistência. É fato que a necessidade de produzir para suprir a própria família levou à diversificação da produção de alimentos nas pequenas propriedades rurais. Mas o que antes era uma necessidade, hoje é o grande trunfo da agricultura familiar, pois a diversificação é o que possibilita diminuir perdas e minimizar riscos diante das incertezas do mercado.

A evolução da agricultura familiar no Brasil, nas últimas décadas, colocou-a em posição estratégica, tanto para a segurança alimentar, quanto para a ocupação de mão-de-obra e geração de renda, em nível local e regional. Porém, em grande parte das propriedades familiares, a produtividade ainda é baixa, reflexo da

dificuldade de acesso à tecnologia e ao crédito rural, especialmente em comunidades isoladas geograficamente.

Para fazer frente a estas dificuldades, a pesquisa agropecuária e a extensão rural têm-se esforçado, ao somar conhecimento tecnológico e sabedoria popular, na busca de soluções sustentáveis para a agricultura familiar, tanto econômica, quanto ambientalmente. Muitas das tecnologias agropecuárias em uso podem ser aplicadas diretamente ou adaptadas às condições das pequenas propriedades.

O artigo tem por objetivo avaliar a relação entre o tamanho dos estabelecimentos rurais e o uso de tecnologias de produção, levando em consideração o contexto das políticas agrícolas. Para tal, o caso estudado foi o Assentamento Vitória, localizado no Município de Lindoeste - Oeste do Estado do Paraná.

2. POLITICAS AGRÍCOLAS, TECNOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR

2.1 Políticas Agrícolas

Para a implementação da modernização da agricultura no Brasil as políticas agrícolas foram decisivas, dentre elas podemos destacar a política de crédito rural.

No Brasil, a modernização contou com o apoio do Estado. A partir da década de 60 e principalmente 70, o governo colocou em prática um conjunto de políticas agrícolas que impulsionaram o processo de modernização no meio rural.

O crédito foi importante pela quantidade de dinheiro colocado a disposição dos agricultores e pelas baixas taxas de juro, chegando a ser negativas em alguns anos. Entretanto, não foram todos os agricultores que tiveram acesso ao crédito rural. Na década de 1970, o que se tornou importante para a modernização foi os subsídios aos preços, política de preços mínimos.

Já nos anos 80 os recursos para o crédito rural reduziram-se e as taxas de juro aumentaram em relação aos anos anteriores. Em 1984 o governo instituiu a correção monetária plena ao crédito rural e mais uma taxa real de juro que foi variável de ano a ano, com isso, o processo de modernização da agricultura desacelerou.

A organização dos movimentos sociais possibilita uma nova “institucionalidade”, determinando o fortalecimento da sociedade civil para o crescimento e fortalecimento de organizações sociais e na capacidade destas em proporem soluções e construir com a sociedade e governos novos paradigmas para gestão e implementação de políticas públicas que promovam a gestão e a inclusão social no meio rural, colocando em prática a justiça social.

Este processo de descentralização tem como ponto fundamental a autonomia local, a participação dos agricultores familiares na construção, no planejamento, na avaliação e na gestão das políticas públicas para este segmento e sua organização social.

A experimentação deste novo processo político permite a descentralização de poder e de decisões e estas passam a ser parte integrante, ou deveriam ser, das políticas públicas.

Descentralizar significa aumentar o poder de autonomia de decisões, de gestão e de controle de recursos. Esta ação constitui-se em um importante instrumento público e social capaz de promover o desenvolvimento local com democratização dos processos de gestão social.

É necessário estabelecer ações que promovam a capacidade do agricultor familiar crescer.

Na medida em que esse agricultor familiar se una, participe das decisões e da gestão do processo produtivo e de toda cadeia de produção familiar de forma que ele próprio possa, através desta organização social, analisar, avaliar e decidir o nível de exploração rural e a complexidade da unidade de produção.

Carvalho (2000) considera que as políticas públicas são decisões e ações da intervenção do estado na dinâmica da economia, da sociedade civil e da própria sociedade política com o propósito de regular e garantir a reprodução do capital e da força de trabalho. Assim como obter legitimidade, seja pelo consenso, seja pela coerção, para que tais objetivos estratégicos se consolidem.

Segundo Gambau (2000), as políticas locais podem contribuir não apenas a reduzir distâncias e a criar uma verdadeira cooperação entre as áreas economicamente fortes e áreas desfavorecidas, mas também podem criar redes de iniciativas e cooperação. O resultado da organização dos pequenos produtores em instituições de base possibilitou, por exemplo, a criação de uma política agrícola direcionada a agricultura familiar, no caso o Pronaf.

Para vencermos tal desafio é necessário a determinação política na estruturação de uma ação para o atendimento ao agricultor familiar. Esta deve vir através da concepção de assistência técnica e extensão rural e pesquisa centrada nas pessoas e não apenas em produtos, como parte de um modelo de desenvolvimento com novas formas de produção, organização, gestão e controle social.

2.2 Tecnologia e agricultura familiar

A aquisição de equipamentos mecânicos, nas atividades agropecuárias, possibilita o crescimento da produtividade do trabalho. Em contra partida exige dos produtores a realização de investimentos nem sempre possíveis de serem feitos a partir de sua própria poupança, tendo que recorrer a financiamentos externos. A viabilidade econômica na aquisição de equipamentos, como por exemplo, o trator ou a ordenhadeira, exige uma determinada produção para que se tornem viáveis. Assim, a crescente mecanização da agricultura implicou e implica num redimensionamento do tamanho das propriedades produtivas.

As tecnologias mecânicas permitem reduzir o uso de mão de obra e em alguns casos apenas uma pessoa consegue dar conta de todos os trabalhos de uma propriedade.

Portanto, o tipo de tecnologia para a agricultura tem possibilitado uma maior capacidade de produção em cada propriedade ou por pessoa, de tal forma que um menor número de estabelecimentos ou de pessoas são capazes de produzir os alimentos. A consequência disso é que parte da população rural é forçada a deixar o campo e migrar para as cidades. Tal processo atinge principalmente os menores proprietários e os trabalhadores rurais sem terra.

Tecnologias caras são excludentes aos agricultores familiares. Mas quando geradas dentro de sua lógica de entendimento e prática discutidos, criam-se espaços que podem ser ocupados, principalmente se apoiados em ações que potencializam a participação dos agricultores familiares nesta geração de conhecimentos e saberes.

Assim, no capitalismo, também na agricultura, a opção por determinadas tecnologias está determinada pelas relações de produção dominantes e ela não pode ser simplesmente separada dos objetivos para a qual foi desenvolvida, precisamente o aumento da produtividade e o controle social, interferindo nas relações de trabalho (BAHR, 1970).

3. METODOLOGIA

A pesquisa de levantamento de dados referentes ao tamanho e as tecnologias presentes nas propriedades dos pequenos agricultores familiares foi realizado no Assentamento Vitória no município de Lindoeste localizado na região oeste do estado do Paraná. No local se situa também o Colégio Estadual Santa Luzia, que abriga a turma do Projovem Campo Saberes da Terra.

O [assentamento](#) é um espaço para um conjunto de famílias camponesas viverem, trabalhar e produzir, dando uma função social a terra e garantindo um futuro melhor à população. A vida no assentamento garante as pessoas direitos sociais, como casa, comida e escola, que em muitos casos não são garantidos a todo o povo brasileiro.

O intuito da pesquisa foi relatar a evolução desde a chegada ao assentamento até os dias de hoje, tanto no que diz respeito à produção como as tecnologias adquiridas.

O questionário foi aplicado nos meses de abril de 2011 e maio de 2011, sendo entrevistadas oitenta famílias do assentamento. Importante mencionar que participaram da pesquisa os estudantes do Projovem Campo – Saberes da Terra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à energia por eles utilizada podemos constatar, conforme a Figura 1, que somente 10% das famílias têm energia o ano todo disponível e a grande maioria, 90%, tem energia, mas com quedas constantes ou com pouca força, o que prejudica a família na questão da empregabilidade de tecnologias, já que na maioria das vezes eles têm quedas de energia o que por ventura pode danificar qualquer que seja o equipamento por eles utilizado.

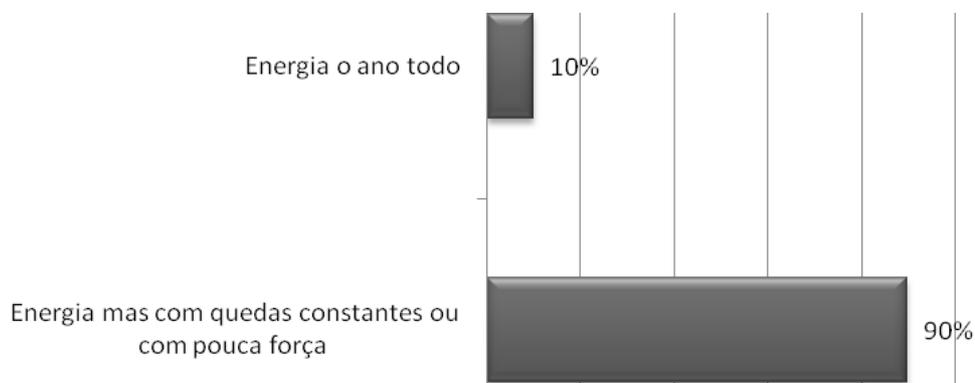


Figura 1 – Situação do abastecimento de energia elétrica no assentamento.
Fonte: dados de pesquisa.

Foi possível perceber que a maioria não tem uma qualidade satisfatória das vias de acesso aos seus estabelecimentos rurais, por descaso do poder público, que muitas vezes esquecem daqueles que produzem e agregam valores a região onde estão inseridos. Podemos perceber, conforme a Figura 2, que a maioria das famílias sofre com a má qualidade das estradas rurais, causando forte prejuízo, já que são por elas que escoam a sua produção.

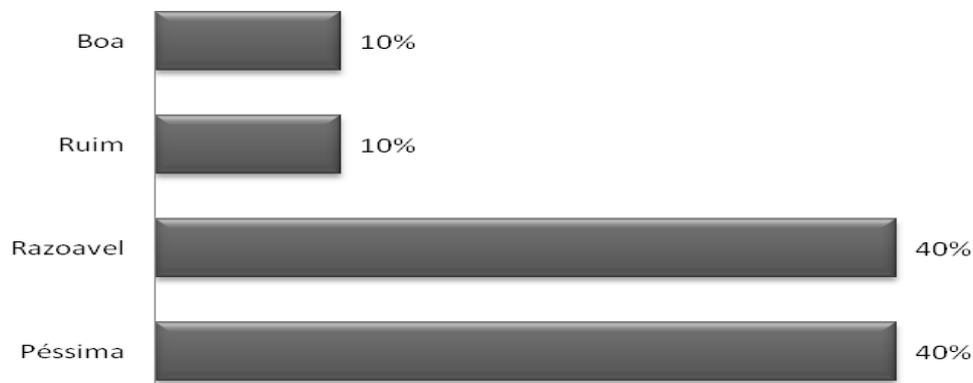


Figura 2 – Qual a situação da via de acesso para o seu lote?
Fonte: dados de pesquisa.

Com relação aos bens existentes, considerando também as tecnologias por eles empregadas na propriedade pode-se constatar, conforme a Figura 3, que a grande maioria teve uma melhora, ou seja, adquiriu bens tanto para a sua residência como para a propriedade.

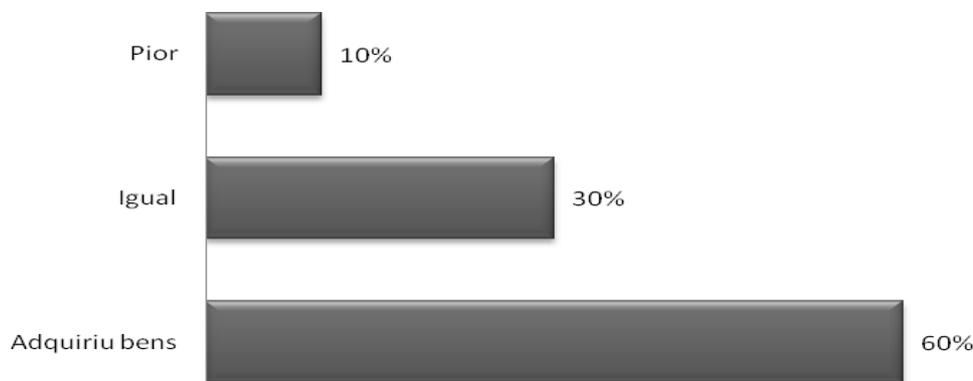


Figura 3 – Com relação aos bens existentes na sua propriedade antes e depois de ser assentado, qual a sua avaliação?
Fonte: dados de pesquisa.

Foi questionado, também, sobre o acesso que essas famílias tem com relação aos bens existentes no assentamento, ou seja, são bens provenientes de parcerias com os governos, onde os assentados fundaram uma associação para prestar serviços para as famílias que não tem condições de adquirir equipamentos para o trabalho do dia a dia. Como resultado, constatou-se, Figura 4, que a maioria das famílias têm acesso a esses tipos de serviços prestados pela associação.

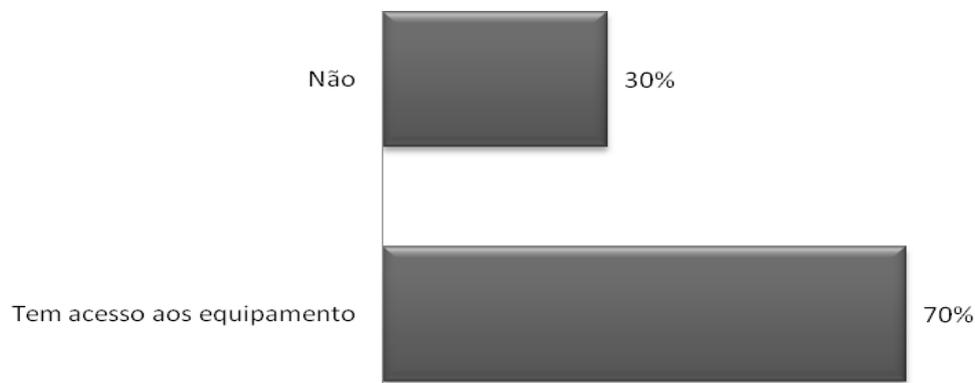


Figura 4 – Em relação aos bens coletivos existentes no assentamento, você tem acesso?

Fonte: dados de pesquisa.

Uma das questões que também foram levantadas junto aos assentados foi com relação a preocupação deles quanto aos cuidados com o meio ambiente e quais seriam as causas dos problemas ambientais existentes.

Na Figura 5, isso fica bem claro, já que a preocupação maior deles é com relação a contaminação de nascentes, rios, correços, etc., ou seja, com relação a água que eles consomem e também utilizam para as criação e outros afazeres. Seguindo a análise podemos perceber que a erosão do solo e o lixo depositado de forma inadequada, também preocupa. Por fim, podemos perceber que as famílias ali assentadas tem um certo cuidado com relação aos agrotóxicos e ao desmatamento, isso porque a maioria das famílias produzem seus alimentos sem o uso de produtos químicos.

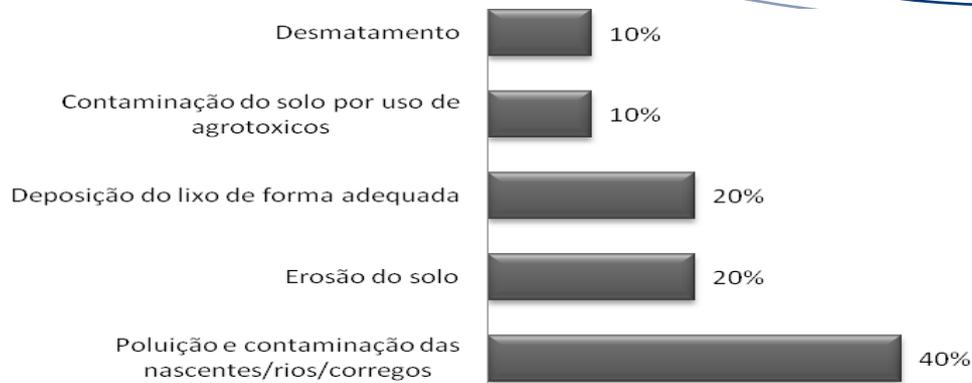


Figura 5 – Na sua percepção quais os problemas ambientais existentes no seu lote?
Fonte: dados de pesquisa.

Durante o levantamento dos dados da pesquisa foi possível perceber que as famílias tem grande dificuldade de se manter pelo seu próprio trabalho e alguns membros da família precisam sair para trabalhar fora de sua propriedade, em diversos setores. A Figura 6 retrata muito bem isso, o que de uma certa forma chega a impressionar pela quantidade de famílias que tem um membro dela trabalhando em outros setores, para buscar uma renda extra, já que as dificuldades por eles enfrentadas em suas propriedades requer esse tipo de atitude.

Também foi possível constatar que muitos tem a vontade de trabalhar no que é seu, mas ainda buscam uma estabilidade financeira para que possam continuar em suas propriedades.

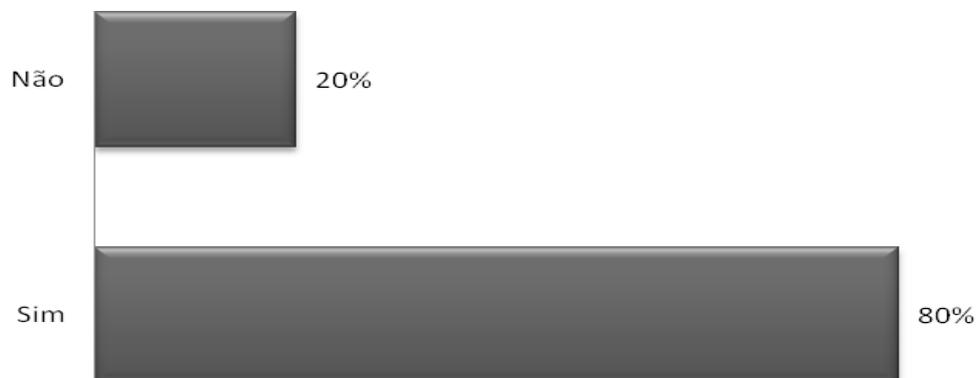


Figura 6 – Algum membro da família trabalha fora da propriedade?
Fonte: dados de pesquisa.

Foi feito um levantamento com relação a recebimento de algum tipo de benefício pelos membros da família, Figura 6, e constatou-se, conforme a Figura 7, que cerca de 40% das famílias tem algum membro que recebe algum tipo de benefício, que por sua vez é um alento para que essas famílias permaneçam na suas propriedades, já que muitas delas tem dificuldades até para se manterem no dia a dia. Esses benefícios vão de aposentadorias até bolsas de programas do governo, uma forma dessas famílias terem uma renda fixa mensal.

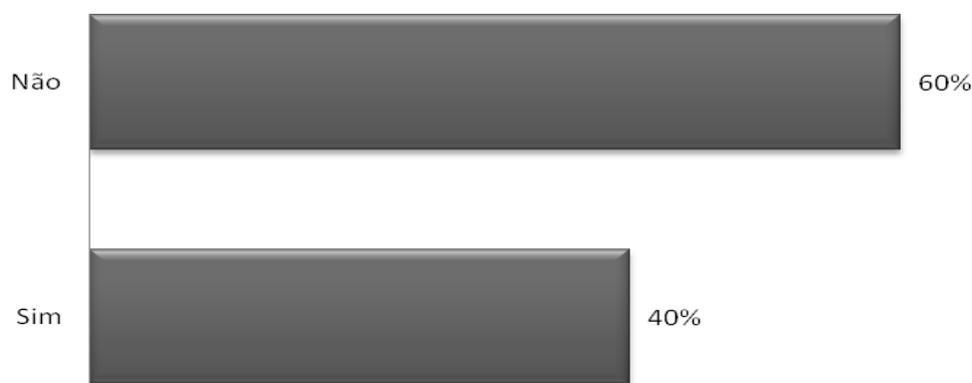


Figura 7 – Algum dos membros da família recebe algum tipo de benefício?
Fonte: dados de pesquisa.

Para finalizar, realizou-se o levantamento de dados referentes a produção, a comercialização e a renda dessas famílias. Neste quesito, Conforme a Figura 8, cerca de 40% acham que é razoável, 30% é ruim, 20% péssimo e apenas 10% acha que está bom, ou seja, a maioria não está satisfeita com relação aos itens citados acima, produção, comercialização e renda. Muitas famílias tem dificuldades com as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, por acharem que não possuem condições de competirem com outros estabelecimentos rurais, por não terem ou não conseguirem tanto incentivo dos governos.

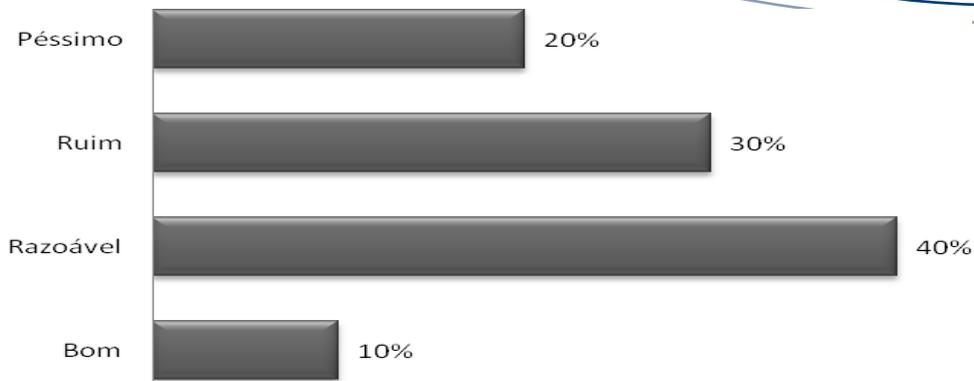


Figura 8 – Em relação as condições gerais de produção, comercialização e renda, qual a sua avaliação?

Fonte: dados de pesquisa.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada demonstrou que o uso de tecnologias representa efetivamente um diferencial na geração de resultados ao pequeno produtor rural.

Referente a percepção dos produtores em relação à sua permanência na propriedade permitiu constatar que eles estão na sua maioria satisfeitos com as perspectivas de um desempenho futuro melhor dentro das suas atividades. Segundo alguns pontos que foram levantados, eles não têm nenhuma pretensão de sair do campo. As famílias entendem que a propriedade, implementada de algumas tecnologias, trará o sustento da família.

Sendo assim, pode-se concluir que com uma política pública e com tecnologias, a unidade rural deixa de ser uma mera localidade de produção de diversos tipos de produtos para se tornar um empreendimento rural familiar, e com a participação da família conquistarão as metas por eles almejadas.

Com isso, este trabalho atenta para a necessidade de implementação de tecnologias nas pequenas propriedades rurais familiares, como fator determinante para o êxito das políticas públicas de incentivo à produção rural familiar.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas. Editora Hucitec, 1992.

BAHR, H.-D. (1970): **Kritik der politischen Technologie. Eine Auseinandersetzung mit Herbert Marcuse und Jürgen Habermas**. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt.

BUAINAIN, Antonio M. & SILVEIRA, Jose M. **Artigo: Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil**, UNICAMP, 2003.

CARVALHO, H. M. **Ambigüidades e limites da participação social na gestão das políticas públicas compensatórias**. Porto Alegre, 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável**. Brasília. FAO/INCRA, 1994

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6 Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

GAMBAU, V. M. L. **Los planos de desarrollo. Geración y recreación del desarrollo local**. Temuco. Universidad Catolica de Temuco, p. 75 – 78, 2000.

IBGE. **Censo agropecuário**. São Paulo. Rio de Janeiro.

PEDROSO, M.C. **Uma metodologia de análise estratégica da tecnologia. Gestão & Produção**. V.6, n 1, p. 61-76, abr. 1999. São Carlos

WANDERLEY, Maria de Nazareth Bandel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. Unicamp, 1995.